

# ESPLANADA GERAL

## Governo marca negociação para 23.11



Condsef discute com Paulo Bernardo a pauta de reivindicações dos servidores

Na sexta-feira, dia 11.11, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, finalmente recebeu a Condsef para retomar a negociação da pauta geral de reivindicações da categoria. Os representantes dos servidores cobraram os compromissos assumidos pe-

lo governo no fim da greve de junho/julho e até agora não cumpridos, tanto no que se refere à recomposição geral dos salários do PCC quanto dos planos de carreira por órgão.

Foi lembrado ao Ministro que a greve foi suspensa com a promessa de um calendário de nego-

ciações "acerca da recomposição remuneratória dos servidores integrantes do PCC", que o próprio governo anunciou sucessivamente a apresentação de uma proposta e, no entanto, nem as reuniões aconteceram e nem a proposta foi apresentada.

O Ministro reconhe-

ceu que houve "atraso na agenda", que o governo já tem pronta uma "proposta para contemplar o conjunto dos servidores do PCC", que estão a ponto de "fechar essa proposta dentro do governo" e que "em breve" ela poderá ser informada. Alertou que "haverá necessidade de reforço no orçamento de 2006".

Cobrado sobre o prazo e também sobre as questões específicas de inúmeros setores que estão pendentes de negociação, o ministro propôs a retomada do calendário de reuniões, marcando a primeira para o dia 23.11. Os pontos de pauta dessa reunião serão definidos previamente entre a Condsef e o secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça, que também estava presente na audiência. Também estavam presen-

tes os representantes parlamentares da base do governo que são responsáveis por intermediar as negociações com os servidores.

Para os servidores, a prioridade urgente e inadiável é a discussão da recomposição salarial do PCC, especialmente dos diversos setores que não têm nenhuma expectativa de ganhos para 2006.

O atraso que o ministro reconhece no atendimento aos servidores não existe para atender banqueiros, latifundiários e grandes empresários de todo tipo. E o "reforço no orçamento" já poderia ter sido garantido pelo próprio governo se não tivesse havido vetos ao orçamento. O que retira as verbas que deveriam ir para o serviço público - e o reajuste do PCC - é a política do superávit primário.

### Os riscos da "avaliação de desempenho"

Herança do governo Fernando Henrique Cardoso, continua em tramitação no Congresso o Projeto de Lei Complementar (PLP) 248/98, que possibilita a demissão do servidor público estável por "insuficiência de desempenho". Ele está pronto para entrar em votação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados.

O PLP chegou a ser aprovado pela Câmara, em 1999, mas voltou para apreciação na Casa porque, em 2000, o Senado Federal acrescentou três novas emendas ao texto fi-

nal aprovado pelos deputados.

Se esse PLP for aprovado, todos os servidores públicos federais que venham a ter "desempenho insuficiente" estarão sujeitos a perder o cargo. Esse é um perigo pouco lembrado das chamadas "gratificações de desempenho". Mas lendo esse projeto vê-se que além da individualização do contrato de trabalho, da quebra da paridade e da divisão provocada entre os servidores, as gratificações de desempenho também abrem as portas para a demissão. Podemos aceitar isso?

E tem mais. O pro-

jeto também traz à tona mais um elemento de divisão que são as famigeradas "carreiras típicas de estado". Por trás dessa triste definição, originada na "reforma administrativa" de Bresser Pereira (Emenda Constitucional 19), está a idéia de que o estado deve se reduzir apenas ao essencial para o atendimento dos interesses do capital, com os setores sociais, de atendimento à população, sendo considerados dispensáveis e privatizáveis.

A exigência dos servidores federais só pode ser que o governo retire esse PLP do Congresso.

### Governo e "oposição" aprovam MP 258

Com amplo apoio da "oposição" foi aprovada a criação da mal denominada "Super-Receita", que funde a Secretaria da Receita Federal com a Secretaria de Receita Previdenciária. O texto do relator Pedro Novais (PMDB-MA) foi aprovado com 250 votos favoráveis, 29 contra e duas abstenções.

O governo alega que a medida dará mais eficácia aos trabalhos de arrecadação e fiscalização de tributos e contribuições. Mas a verdade é que essa junção é mais um passo dado pelo governo no sentido de aprofundar a aplicação da política do FMI no Brasil.

A CUT e sindicatos de servidores vêm denunciando, há semanas, os riscos de esvaziamento do INSS e o desvio de recursos da previdência para fazer "superávit primário" e pagar a dívida. Essa luta continua, pois a Câmara ainda tem que votar os destaques da matéria e depois a MP tem que ir a voto no Senado.

# Contra represálias, servidores do MEC aprofundam a luta



Servidores marcharam do MEC até o Ministério do Planejamento

Após paralisação realizada na manhã de sexta-feira, dia 11.11, os servidores do Ministério da Educação (MEC), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), conseguiram marcar audiência com o ministro da Educação, Fernando Haddad. Eles serão recebidos no gabinete do ministro nesta segunda-feira, dia 14.11, às 18h. O encontro é para dar continuidade às negociações do plano de carreira e tratar das represálias contra os servidores.

No dia 01.11, um grupo de servidores dos três órgãos se apresentou no gabinete do ministro Fernando Haddad, na tentativa de marcar uma audiência. Dias após a reunião, o MEC promoveu algumas mudanças com relação

aos agentes de vigilância que trabalham por escala. Enquanto alguns deles voltaram a trabalhar diariamente, outros, foram devolvidos ao departamento de Recursos Humanos e remanejados para o turno da noite. Contra um dos companheiros ainda foi aberto inquérito administrativo. Para o movimento que briga pelo Plano de Carreira, essas medidas não passam de represália aos servidores que subiram ao gabinete do ministro.

Foi legítima a ação dos servidores que foram cobrar do ministro uma posição sobre o andamento de seu Plano de Carreira. A responsabilidade é do governo que não cumpre os prazos que promete. Na ocasião, estabele-

ceu-se uma negociação. O MEC recebeu se comprometeu a, no prazo de dez dias, dar uma resposta definitiva. No decorrer da audiência, o ministro Haddad sinalizou sobre a possibilidade de negociar com o Ministério do Planejamento a inclusão dos servidores do MEC, FNDE e INEP no Plano das Instituições Federais de Ensino – que atualmente comporta apenas a categoria técnico-administrativo. Por que, agora, as represálias?

Há duas décadas os servidores do MEC, FNDE e INEP aguardam uma definição sobre o seu plano de carreira. A negociação no governo Lula já se estende por 23 meses. Os servidores não suportam mais o

peso de terem salários corroídos pela inflação e também inferiores àqueles contratados via tercerização e/ou contratos temporários para atividades iguais às suas.

**Categoria exige uma urgente resposta positiva para suas reivindicações**

A categoria exige uma urgente resposta positiva para as reivindicações e o fim das represálias. Para isso, os servidores já pensam em organizar paralisações-relâmpago, operação tararuga e até mesmo uma nova greve.

## Assembléia da Funasa

O Sindsep-DF realizou assembléia com os servidores da Funasa, terça-feira, dia 08.11, na sede do órgão, para discutir a ação movida no Ministério Público contra a tercerização, de acordo com deliberação de assembléia realizada dia 27.10. Há meses o órgão vem reduzindo a função dos servidores e transferindo suas tarefas para os funcionários terceirizados, que são contratados diariamente. Também no dia 27.10, cerca de 80 servidores e representantes do sindicato denunciaram a situação ao presidente da Funasa. Além da Ação, o Sindsep tenta agendar nova audiência com o presidente da Funasa.



## STF deve julgar ADIN ainda este ano

Segundo o ministro Gilmar Mendes, o Supremo Tribunal Federal deverá julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade – Adin nº 3599/2005, contra o reajuste de 15% para os servidores do Legislativo ain-

da este ano. O relator da Adin informou ao Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU) que o julgamento depende unicamente da pauta do STF.

## DNIT consegue Plano Especial de Cargos

Graças à sua mobilização, os servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) conseguiram aprovar o seu Plano Especial de Cargos e o Plano de Carreira da categoria. O primeiro plano é destinado a atender os atuais servidores do órgão. Já o Plano de Carreira foi criado para atender aos futuros servidores do órgão, que serão admitidos após a realização de concursos públicos.

Apesar das nomenclaturas diferenciadas, os dois planos garantem aos servidores a mesma tabela salarial e benefícios. A única diferença é que os cargos enquadrados no Plano Especial de Cargos serão extintos após a saída do servidor. Ainda assim, o Sindsep-DF e a Condsef, que estiveram juntos na luta dos servidores do DNIT, consideram os dois planos uma vitória para a categoria, especialmente do ponto de vista salarial.

No entanto, a luta não acabou. Conscientes das necessidades do DNIT, os servidores irão realizar, no dia 23.11, um ato em frente ao órgão, em favor da realização de concurso público para a admissão de novos servidores e contra a retirada de atribuições do órgão. Os servidores entendem que apenas a reestruturação do DNIT pode mudar a história do órgão, criado em 2002, e ligado ao Ministério dos Transportes.

## Dia da Consciência Negra

Uma conquista do Movimento Negro brasileiro contra a opressão e pelo reconhecimento da dignidade, a data também é uma homenagem ao guerreiro Zumbi, o grande líder de Palmares, assassinado em 20 de novembro de 1695.

Nesse sentido, querendo preservar a memória e continuar construindo a história junto aos movimentos Sociais, o Sindsep-DF promove ato-show no auditório do sindicato, a partir das 18h30, dia 22.11.

Na programação, a exibição do curta-metragem Kamba Race (Lamento de Negro), do cineasta Sionei Leão, debate, apresentação de capoeira (Grupo Ladaíha), poesia (Margô) e show com Vagner & Bília. Você é nosso convidado. Participe!

## Bacen continua luta pelas conquistas da greve

Mais de três semanas depois do fim da greve, ainda não foi encaminhado ao Congresso Nacional o instrumento legal que viabilizará a implementação do acordo que prevê reajuste de 6% em janeiro/2006 e 3,77% em junho.

Por enquanto, o Banco encaminhou ao Planejamento as minutas de Projeto de Lei, Exposição de Motivos e Termo do Acordo. A decisão final a respeito do instrumento a ser utilizado (PL ou MP) será da Casa Civil.

A unidade construída pelos servidores nas últimas três campanhas salariais e extremamente reforçada neste ano de 2005 será decisiva para desobstruir qualquer barreira que venha atrasar a incrementação das nossas conquistas.

**Concorrência** - a concorrência é um processo existente dentro da instituição que permite aos servidores, por seus próprios méritos, alcançar determinadas comissões. O grande problema é que após a conclusão do processo de concorrência, o servidor só irá assumir as novas funções se for liberado pela chefia de origem. Essa barreira contida no Manual de Pessoal do BC precisa ser eliminada. Que concorrência é essa que você ganha mas não leva?

**Expediente:** Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. Conselho Editorial: Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Joel de Oliveira, Marta Rosângela e Carlos Henrique – Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP / Cia Propaganda – Fotos: MI Management – Projeto Gráfico e Diagramação: Ronaldo Alves RP 5103 DRT/DF – Secretária: Meicar Carvalho Campos – Tiragem: 10.000 – Impressão: Intergraf